

**RESOLUÇÃO Nº 031/2025 – CPJ  
DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025**

Institui o Programa de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica praticada em face de Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras, no âmbito do Ministério Público de Sergipe.

**O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 36, da [Lei Complementar Estadual nº 02, de 12 de novembro de 1990](#); e

**Considerando** o disposto na [Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#), que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Constituição da República, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher;

**Considerando** a [Resolução Conjunta nº 05, de 03 de maio de 2020](#), do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui o Formulário Nacional de Avaliação de Risco no âmbito do Poder Judiciário e do Ministério Público para a prevenção e o enfrentamento de crimes e demais atos praticados no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher;

**Considerando** o disposto na [Recomendação nº 79, de 30 de novembro de 2020](#), do Conselho Nacional do Ministério Público, que *“recomenda a instituição de programas e ações sobre equidade de gênero e raça no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados”*;

**Considerando** o disposto na [Recomendação nº 02, de 22 de março de 2023](#), da Corregedoria Nacional do Ministério Público, que recomenda a adoção de medidas destinadas a assegurar a atuação da Instituição ministerial com perspectiva de gênero voltada a modificar práticas jurídicas ou consuetudinárias que respaldem a persistência e a tolerância da violência contra a mulher, bem como assegurar materialmente na atuação do MP o tratamento igualitário na temática de gênero;

**Considerando** a [Resolução nº 259, de 28 de março de 2023](#), do Conselho Nacional do Ministério Público, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público;

**Considerando** que o art. 2º, §1º, inciso XI, da [Resolução nº 259/CNMP](#) estabelece que, para a execução da Política Nacional de Incentivo à Participação Feminina no Ministério Público, os ramos e as unidades deverão elaborar programas, projetos e campanhas institucionais que visem à extinção de todas as formas de violência contra mulheres, que contemplem a eliminação dos fatores sociais de riscos, a prescrição de políticas de prevenção e reparação a serem adotadas pelos poderes públicos e a promoção de capacitação e sensibilização dos operadores do sistema de justiça, em especial dos próprios membros do Ministério Público, para atuar com enfoque de gênero;

**Considerando** o que dispõem os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5 da Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), relativos à igualdade de gênero, no sentido de eliminar todas as formas de violência contra as mulheres nas esferas pública e privada;

**Considerando** a imperiosa necessidade de estabelecer mecanismos eficazes de prevenção e combate à violência doméstica e familiar contra mulheres, bem como para o apoio e proteção das vítimas, em especial, Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras do Ministério Público de Sergipe;

**Considerando** a importância de integrar a perspectiva de gênero nas políticas e práticas institucionais, para garantir a igualdade e o respeito dentro do ambiente de trabalho;

**Considerando** a necessidade de garantir um ambiente de trabalho saudável e seguro para todas as Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras, bem como a gravidade da violência doméstica como violação de direitos humanos e da dignidade da pessoa;

**Considerando** o disposto na [Resolução nº 315, de 23 de setembro de 2025](#), do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), que dispõe sobre as Comissões de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental e sua atuação na prevenção e no enfrentamento à violência, aos assédios moral e sexual e à discriminação, reforçando a necessidade de políticas institucionais de proteção e promoção da saúde mental;

**Considerando** a necessidade de desenvolver parcerias estratégicas com outras instituições e entidades para um enfrentamento mais eficiente e abrangente da violência contra as mulheres;

**RESOLVE:**

**CAPÍTULO I**  
**DA INSTITUIÇÃO E DOS OBJETIVOS**

**Art. 1º** Instituir o Programa de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica praticada em face de Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras do Ministério Público de Sergipe (MPSE).

**Parágrafo único.** O programa de que trata o *caput* aplica-se, no que couber, às estagiárias, funcionárias terceirizadas e outras colaboradoras, observando-se a disciplina das respectivas normas contratuais.

**Art. 2º** O Programa de Prevenção e Medidas de Segurança voltado ao Enfrentamento à Violência Doméstica praticada em face de Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras do Ministério Público de Sergipe tem por objetivos:

I – assegurar um ambiente de trabalho seguro e acolhedor, livre de qualquer forma de violência doméstica e familiar;

II – implementar políticas efetivas de prevenção, sensibilização, detecção precoce e atuação frente a casos de violência doméstica e familiar, com foco na criação de uma cultura organizacional que valorize a segurança e o bem-estar de todas as mulheres;

III – oferecer apoio integral às vítimas de violência doméstica e familiar, além de garantir a confidencialidade e a proteção de suas identidades;

IV – difundir informação e promover ações educativas contínuas para a conscientização sobre a violência doméstica e familiar e sobre as medidas para seu enfrentamento, em todos os níveis hierárquicos;

V – estabelecer e fortalecer parcerias com outras instituições e entidades para um combate mais eficaz à violência doméstica e familiar, incluindo a partilha de boas práticas e o desenvolvimento de estratégias conjuntas.

## **CAPÍTULO II**

### **DAS AÇÕES E DOS PROCEDIMENTOS**

**Art. 3º** Constituem ações e procedimentos do programa:

I – desenvolvimento de programas de capacitação continuada, para todos os Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, servidores e colaboradores, focando aspectos legais, psicológicos e sociais da violência doméstica e familiar, bem como sobre a promoção da saúde mental, com ênfase na identificação precoce de sinais de violência e na forma adequada de intervenção e suporte;

II – aprimoramento permanente dos meios de denúncia, especialmente o canal da Ouvidoria da Mulher;

III – estabelecimento de um protocolo de atuação imediata em casos reportados, garantindo o anonimato, o acolhimento das vítimas, a segurança dos denunciantes e a efetividade na resposta às situações de violência ou ameaça;

IV – criação de uma rede integrada de apoio para acompanhamento das vítimas, incluindo a coordenação com serviços externos de assistência e proteção;

V – aplicação de medidas administrativas de segurança personalizadas para as vítimas de violência, que podem incluir, mas não se limitam, a alteração de local de trabalho, ajuste de horário e apoio no cumprimento das medidas protetivas, em colaboração com as autoridades policiais, ministeriais e judiciárias;

VI – promoção regular de campanhas de conscientização, internas e públicas, para difusão de informações e para a conscientização sobre a violência doméstica e familiar, seus sinais, e como combatê-la, utilizando diversos meios de comunicação para alcançar a máxima disseminação e impacto.

**Parágrafo único.** As formas de violência compreendidas no programa são todas aquelas abrangidas pela [Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006](#), quais sejam: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral, contra a mulher.

### **CAPÍTULO III**

#### **DO PROTOCOLO INTEGRADO DE ATENDIMENTO ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA**

**Art. 4º** A Ouvidoria da Mulher, por intermédio de equipe multiprofissional especializada, prestará atendimento humanizado às Procuradoras de Justiça, às Promotoras de Justiça e às servidoras integrantes do MPSE, que forem vítimas de quaisquer das formas de violência previstas na [Lei Federal nº 11.340, de 07 de agosto de 2006](#).

**Parágrafo único.** Cabe à Ouvidoria da Mulher preencher formulário de avaliação de riscos, observando o dever de acolhimento, descrição, segurança do espaço físico e sigilo, podendo solicitar o apoio do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) para o suporte em situações de risco, bem como o devido encaminhamento às unidades policiais especializadas.

**§2º** A Ouvidoria da Mulher, com o consentimento da vítima, poderá comunicar a situação, preservando o sigilo necessário, à Comissão de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental, para que esta ofereça acompanhamento psicossocial complementar e auxilie na gestão de eventuais conflitos no ambiente de trabalho decorrentes da situação de violência doméstica, em conformidade com o art. 4º, VIII, da [Resolução CNMP nº 315/2025](#).

**Art. 5º** O atendimento previsto no artigo 4º será realizado a partir de solicitação da própria vítima ou por encaminhamento da Ouvidoria do Ministério Público, da Comissão de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade do Ministério Público ou de qualquer outra unidade ministerial que tenha sido contactada pela ofendida.

**§ 1º** A vítima poderá buscar atendimento, de forma presencial, em sala da Ouvidoria da Mulher, localizada na sede do MPSE, por meio de contato telefônico ou através de *e-mail*.

**§ 2º** Ao realizar o atendimento inicial da vítima, a Ouvidoria da Mulher poderá encaminhá-la ao Centro Médico do MPSE, mediante o seu prévio consentimento.

**§ 3º** Na hipótese de a vítima não concordar com o referido encaminhamento ao Centro Médico do MPSE, deverá ser expressamente orientada a procurar atendimento em unidade de saúde ou com profissional de sua confiança.

**§ 4º** A orientação prevista no § 3º deste artigo deverá contemplar, de modo claro e acessível, a necessidade de realização de profilaxia das infecções sexualmente transmissíveis, bem como de métodos de contracepção, quando se tratar de violência sexual.

**§ 5º** A orientação prevista no parágrafo anterior deverá ser renovada quando observado que a vítima encontra-se em risco de negligenciar o atendimento médico em razão de seu estado emocional.

**§ 6º** A Ouvidoria da Mulher deverá prestar esclarecimentos técnicos sobre o direito aplicável ao caso concreto e orientar a vítima a constituir advogado ou procurar a Defensoria Pública, para a adoção das medidas cíveis cabíveis, inclusive quanto à ação para reparação de danos, à dissolução da união, à fixação de alimentos ou à guarda dos filhos.

**§ 7º** Havendo consentimento da vítima, os fatos que configurem infração penal deverão ser comunicados à Promotoria de Justiça responsável, ressaltando-se, quando cabível, a necessidade de adoção de medidas protetivas em favor da ofendida.

**Art. 6º** Durante o atendimento realizado pela Ouvidoria da Mulher, a vítima poderá solicitar auxílio para a retirada de pertences de uso pessoal do respectivo domicílio.

**Parágrafo único.** Neste caso, a Ouvidoria da Mulher solicitará a atuação do Gabinete de Segurança Institucional para adoção do protocolo de atendimento.

**Art. 7º** A decisão quanto às medidas de segurança institucionais a serem adotadas, em cada caso concreto, ficará a cargo do Gabinete de Segurança Institucional, após análise de risco realizada.

**Art. 8º** A Ouvidoria da Mulher intercambiará informações com a Procuradoria-Geral de Justiça para a produção de conhecimento sobre a adoção e o encerramento de medidas administrativas decorrentes do atendimento à Procuradora de Justiça, à Promotora de Justiça e à servidora, devendo, ainda, propor à PGJ a medida que entender cabível para deliberação.

**Parágrafo único.** Caso o agressor possua vínculo funcional com o Ministério Público de Sergipe, a Ouvidoria da Mulher comunicará os fatos, para apuração de responsabilidade disciplinar e a adoção de eventuais medidas correlatas:

- I – à Corregedoria-Geral do Ministério Público, se o agressor for Membro;
- II – à Procuradoria-Geral de Justiça, se o agressor for servidor ou estagiário.

#### **CAPÍTULO IV**

#### **DAS PARCERIAS E COLABORAÇÕES**

**Art. 9º** O Ministério Público de Sergipe, por meio das unidades direta e indiretamente envolvidos no programa, buscará ativamente estabelecer parcerias com outras instituições ministeriais e demais atores do sistema de justiça, entidades governamentais ou não governamentais e entidades da sociedade civil, visando a troca de informações, recursos e estratégias para o combate mais eficaz à violência doméstica e familiar.

**Parágrafo único.** As parcerias estabelecidas para a execução do programa incluirão:

- I – a partilha de boas práticas e experiências;
- II – o desenvolvimento de estratégias conjuntas para prevenção e resposta à violência;
- III – a promoção de eventos conjuntos e campanhas de sensibilização.

#### **CAPÍTULO V**

#### **DA GESTÃO DO PROGRAMA**

**Art. 10.** A gestão do programa compete à Procuradoria-Geral de Justiça com o auxílio da Ouvidoria do Ministério Público, da Coordenadoria-Geral, da Comissão de Equidade de Gênero, Raça e Diversidade, da Comissão de Prevenção a Situações de Risco à Saúde Mental e do Gabinete de Segurança Institucional, cabendo-lhe as seguintes atribuições:

- I – elaborar plano de ação, comportando projetos e/ou ações, a ser revisado anualmente, com a definição de objetivos, metas, recursos, prazos e unidades impactadas;
- II – monitorar a implementação e o progresso das ações do programa, garantindo que as medidas sejam efetivamente colocadas em prática e atendam às necessidades das Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras;



III – avaliar periodicamente a eficácia e o impacto das ações implementadas, utilizando métricas específicas e orientadas a resultados, e adaptando as estratégias conforme necessário;

IV – implementar melhorias e ajustes no programa, com base em dados e *feedbacks* coletados, garantindo uma abordagem dinâmica e responsiva.

## **CAPÍTULO VI**

### **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 11.** As medidas adotadas no programa serão revistas periodicamente para assegurar sua eficácia e adequação às necessidades das Procuradoras de Justiça, Promotoras de Justiça e servidoras, bem como às mudanças legais e sociais pertinentes.

**Art. 12.** Para a implementação efetiva do programa, será assegurada pelo Ministério Público a adoção de ativos materiais, financeiros e humanos necessários para a promoção de campanhas educativas e execução do protocolo integrado de segurança.

**Art. 13.** Os servidores com atuação nos procedimentos estabelecidos nesta Resolução subscreverão termo de confidencialidade, no qual conste o compromisso de não divulgar assuntos de foro íntimo de que venham a tomar conhecimento, salvo quanto ao estritamente necessário ao cumprimento da política de apoio e assistência às vítimas.

**Art. 14.** Esta Resolução será amplamente divulgada no âmbito do Ministério Público de Sergipe e para o público em geral, garantindo que todos os interessados estejam cientes das políticas e procedimentos implementados, incluindo:

I – comunicação interna, através de canais oficiais do Ministério Público;

II – divulgação para o público externo, através do sítio do Ministério Público na internet, redes sociais e eventos públicos relacionados;

III – parcerias com a imprensa, para ampliar o alcance das campanhas de conscientização.

**Art. 15.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Procurador-Geral de Justiça.

**Art. 16.** Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público de Sergipe (MPSE).

**Art. 17.** Ficam revogadas as disposições em contrário.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE SERGIPE**  
**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**  
**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

**SALA DAS SESSÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA, Edifício Governador Luiz Garcia, em Aracaju, 11 de dezembro de 2025, 204º da Independência e 137º da República.**

**Nilzir Soares Vieira Junior**  
**Procurador-Geral de Justiça**  
**Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça**

**PROCURADORES DE JUSTIÇA:**

---

***Maria Cristina da G. e S. Foz Mendonça***

---

***Rodomarques Nascimento***

---

***Josenias França do Nascimento***

---

***Celso Luís Dória Leó***

---

***Maria Conceição de Figueiredo Rolemberg***

---

***Carlos Augusto Alcântara Machado***

---

***Ernesto Anízio Azevedo Melo***

---

***Jorge Murilo Seixas de Santana***

---

***Paulo Lima de Santana***

---

***Eduardo Barreto d'Avila Fontes***

---

***Luiz Alberto Moura Araújo***

---

***Deijaniro Jonas Filho***

---

***Eduardo Lima de Matos***

---

***Ricardo Sobral Sousa***